

phoenix slots paga mesmo - jandlglass.org

Autor: jandlglass.org **Palavras-chave:** phoenix slots paga mesmo

18o (NB: esta não é necessariamente a previsão de Nick Ames, mas sim o número médio das dicas dos nossos escritores)

Posição da última temporada:

2o, Campeonato

A situação alarmante na América Latina: o aborto proibido e as consequências trágicas

Todo mundo que já viveu sob o controle de um parceiro ou pais abusivos sabe que o problema não é apenas o que é proibido. É o que você não sabe se está proibido. A perspectiva de punição instila medo. A vaga sobre o que será punido promove cautela. Apenas por segurança, o adolescente não se socializa com certos amigos. O professor exclui o livro controversa do currículo.

Isso é o que está acontecendo 21 estados que proibiram o aborto quase todas as circunstâncias. Isso aconteceu com Amanda Zurawski, residente Austin, Texas, que aprendeu aos 18 semanas de gestação que seu colo do útero estava dilatado prematuramente, o que significava a morte certa para seu feto, já chamado de Willow, e representava uma grave ameaça à saúde dela mesma.

Mas como ainda havia atividade cardíaca fetal, os médicos enviaram Zurawski para casa para ficar doente o suficiente para se qualificar para um aborto sob a proibição do Texas. A lei permite o procedimento apenas quando a paciente correria o risco de perder "função corporal importante" ou morreria. Não diz quando isso pode acontecer. E não faz nenhuma exceção para uma anomalia fatal fetal.

Zurawski desenvolveu sepse – infecção generalizada – e passou três dias no ICU. Ela sobreviveu, mas é improvável que sua fertilidade tenha sobrevivido.

Ambiguidade na lei e consequências trágicas

No caso Zurawski v Texas (2024), o Centro de Direitos Reprodutivos (CDR) argumentou nome de dois médicos e 20 pacientes que a estatuto do Texas estava tão vagamente escrita que os provedores não poderiam saber se estavam violando a lei – correndo o risco de penalidades tão graves como prisão – se fizessem a coisa certa do ponto de vista médico. O CDR chamou isso de violação do direito constitucional à vida das mulheres.

Em dezembro de 2024, um juiz de primeira instância suspendeu a lei espera de maior clarificação e permitiu o aborto se o julgamento de boa-fé do médico o achasse necessário. Ken Paxton, o procurador-geral do Texas, apelou da liminar perante o Supremo Tribunal do Texas. E na última semana, esse tribunal removeu a liminar, afirmando que a lei está perfeitamente clara.

A Lei de Proteção à Vida Humana "permite que um médico intervenga para abordar uma condição física doente do corpo da mulher antes que a morte ou grave lesão física sejam iminentes", escreveu a juíza Jane Bland. "Um médico que diz a um paciente, 'Sua vida está ameaçada por uma complicação que surgiu durante a gravidez, e você pode morrer, ou existe um risco sério de que você sofra lesões físicas graves se um aborto não for realizado', e no mesmo fôlego afirma 'mas a lei não me permitirá fornecer um aborto nestas circunstâncias' está simplesmente errado nessa avaliação legal."

Por que os legisladores não esclarecem suas estatutos?

Em outras palavras, se o paciente for danificado, será culpa do médico, não da lei.

O caso *Zurawski v Texas* foi o primeiro processo a desafiar uma proibição nome de mulheres com gravidezes complicadas desde que o Supremo Tribunal derrubou o *Roe v Wade* junho de 2024. Há certeza de que haverá mais. Na audiência de 4 de junho do comitê do Senado dos EUA sobre saúde, educação, trabalho e pensões, testemunhas prestaram depoimentos sobre o que o comitê chamou de "pesadelo nacional de saúde" causado pelas proibições e a confusão que elas estão causando. Em alguns lugares, como Tennessee, os funcionários eleitos sugeriram que os legisladores modificassem as leis para torná-las mais fáceis de entender. Mas poucas propostas assim foram apresentadas.

Na sua ação, o CRR pediu ao Texas que aperfeiçoasse a estatuto. Mas os juízes não o fizeram e não instruíram a legislatura a fazê-lo. "Estamos de volta ao ponto de partida", disse Zurawski, indignada.

Eles podem estar ainda mais para trás do que isso. Na audiência virtual 10 dias antes da decisão, os membros do conselho médico do Texas debateram com advogados e provedores de saúde – e entre si – sobre interpretações da orientação escrita para esclarecer as ambiguidades na lei. Mas todas as novas diretrizes fizeram foi adicionar a exigência de que os provedores apresentem documentação extensa justificando suas decisões. Após a audiência de cinco horas e centenas de comentários escritos, todos concordaram uma coisa: a incerteza é agora pior.

Por que os legisladores não esclarecem suas estatutos? Para um, eles não podem. A maioria deles não saberia diferenciar um tubo uterino de uma linha de freio, e mesmo que soubessem, não haveria como codificar tudo o que pode dar errado uma gravidez problemática ou todas as decisões médicas que devem ser tomadas resposta. O tribunal do Texas disse que o médico que opta por não realizar um aborto de emergência faz uma avaliação legal incorreta. Mas se a maioria dos legisladores não for médicos, poucos médicos também serão advogados.

Mas a tentativa do CRR de pressionar o estado a modificar uma lei ruim para torná-la um pouco menos ruim é a mesma estratégia que o estabelecimento jurídico pró-escolha perseguiu durante os anos do *Roe* – e olhe para onde isso nos levou.

A estratégia não é apenas contra-produtiva. É delirante. A ambiguidade da lei não é um descuido, não o resultado de um rascunho preguiçoso ou desinformado. A ambiguidade é a intenção. Além da polícia, promotores e civis fazendo cumprir as leis, os estados contam com a auto-policiamento. Eles podem até esperar que os provedores façam menos do que são legalmente permitidos.

E se coisas más acontecerem – "doloroso" que possa ser, admitiu Bland – o estado pode se esquivar da culpa.

Informações do documento:

Autor: jandlglass.org

Assunto: phoenix slots paga mesmo

Palavras-chave: **phoenix slots paga mesmo - jandlglass.org**

Data de lançamento de: 2025-01-16